

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS EM SALA DE AULA

Maria Clara Oliveira Sousa ¹
Giovanna Viana Cantuário do Nascimento ²
Ágata Laisa Laremborg Alves Cavalcanti ³
Antonia Dalva França Carvalho ⁴

RESUMO

São inúmeros os desafios existentes durante o processo de inclusão das crianças com deficiência em sala de aula, seja pela falta de capacitação de professores, ausência de apoio pedagógico ou até mesmo, a omissão da família. Este artigo tem como objetivo geral analisar como o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí tem formado pedagogos (as) para atuarem com crianças com deficiências em sala de aula. Além disso, buscamos verificar quais componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia estão voltadas para o atendimento de crianças com deficiências, bem como, descrever como o currículo do curso fomenta a formação do pedagogo voltada para as diferentes necessidades das crianças com deficiências em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, de natureza bibliográfica e documental, sendo baseada em livros, artigos científicos, PPC do curso de Pedagogia da UFPI, documentos e legislações, dentre outros materiais. Logo, obtivemos como resultado da pesquisa a conclusão de que o estudante de pedagogia deve adquirir conhecimento além das disciplinas ofertadas pela universidade e buscar outras formas de qualificação para que aprenda a lidar com as adversidades diárias vividas em sala de aula, na prática. Por fim, notam-se as lacunas ainda existentes na formação do pedagogo na UFPI, tanto no que diz respeito à formação para o acolhimento de crianças com deficiências, quanto para professores que devem oferecer um ensino de qualidade para todos. Logo, é de extrema importância lançar um olhar atento a essas dificuldades e criar um ambiente com melhores condições para a aprendizagem dos futuros pedagogos.

Palavras-chave: Formação de professores, Pedagogia, Inclusão, prática pedagógica, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu artigo 6º que a educação é um direito inalienável a todos os cidadãos brasileiros. No entanto, no contexto atual em que vivemos percebemos que nem todos os indivíduos usufruem desse direito na prática,

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, mclaraosousa@hotmail.com ;

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, giovanna.nascimento@ufpi.edu.br

³Doutora em Educação. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Educação (DMTE), do Centro de Ciências da Educação, *Campus* Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, agatalaysa@ufpi.edu.br ;

⁴ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação, *Campus* Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, adalvac@uol.com.br ;

caracterizando assim, uma oposição ao que a lei propõe. Ademais, é de senso comum de todos que as escolas são um excelente exemplo de diversidade, onde todos se encontram em prol de uma educação básica adequada e de qualidade. Mas, por vezes, notam-se dificuldades ao que diz respeito ao processo educacional das pessoas com deficiências físicas ou mentais, seja pela falta de recursos, estrutura insuficiente ou despreparo dos profissionais da educação.

Assim, este estudo problematizou a questão da inclusão de crianças com deficiências em sala de aula e a estrutura curricular das instituições de formação superior. Outrossim, possui cunho bibliográfico e documental, e foi elaborado com a justificativa de que a temática é de grande relevância social e demonstra através da pesquisa, a carência de assistências específicas para crianças que portam algum tipo de deficiência na escola, afetando tanto seu aspecto emocional quanto a sua aprendizagem. Definimos como objetivo geral analisar como o curso de Pedagogia da Universidade federal do Piauí tem formado pedagogos para atuarem com crianças com deficiências em sala de aula, e os objetivos específicos foram: verificar quais componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPC estão voltadas para o atendimento de crianças com deficiências e descrever como o currículo do curso fomenta a formação do pedagogo voltada para as diferentes necessidades das crianças com deficiências em sala de aula.

A pesquisa foi realizada tendo como base o PPC do curso de pedagogia da UFPI tendo auxílio da legislação brasileira, as quais foram observados quais componentes curriculares fazem parte da temática pesquisada e se tais materiais seriam suficientes para a formação de um profissional de qualidade. Quanto à formação continuada, teóricos como Saviani (2019), que defendem que o professor em seu mais amplo percurso deve propor uma didática igualitária, equilibrada e diversificada, e para que isso ocorra é preciso que seja desenvolvido novos conhecimentos para que a prática na sala de aula possa ser diferente.

Além disso, para compreender como o docente deve incluir o aluno com algum tipo de deficiência, em sala de aula, utilizou-se de materiais que defendesse que o profissional, independentemente da sua experiência em sala de aula deve buscar entender o aluno em sua determinada dificuldade, além de adequar a realidade da sala de aula em que ele atua, para ser a realidade que esse aluno com deficiência, possa conviver, assim como aborda Jesus e Effgen (2012) e Lustosa (2018).

Como resultado da pesquisa, podemos observar o quanto é importante e necessário uma formação ampla, do pedagogo que atua em sala de aula, pois ao falarmos de inclusão, mostra-se o quanto é preciso que todo o repertório do profissional, deve ser atualizado para que sua prática e metodologia seja ampliada, buscando trazer para os alunos sejam eles regulares ou que necessitam de um auxílio quanto a aprendizagem, um conhecimento onde todos sejam capazes de compreender.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui exposta é de cunho bibliográfico e documental. Conforme proposto por SEVERINO (2014), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela utilização de recursos consequentes de estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores. Já na pesquisa documental utiliza-se de documentos variados como, fotos, jornais e documentos legais. A pesquisa foi realizada em 4 etapas, sendo elas: 1) seleção de materiais acerca da temática para a leitura; 2) fichamentos; 3) análise do material coletado e 4) elaboração do artigo.

Ademais, este estudo foi realizado no âmbito do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, no período de março a dezembro de 2024 por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Muito se fala sobre a importância de se fornecer uma educação de qualidade que provoque no aluno o melhor desempenho de si e um progresso educacional significativo, para que no futuro se torne um cidadão com as competências necessárias para o convívio em sociedade. Com isso, o professor assume um papel de importância imensurável durante o processo de ensino e aprendizagem, pois o profissional devidamente capacitado é capaz de despertar o desejo de aprender no aluno e tornar as aulas conteudísticas mais leves e prazerosas. Ademais, pode também auxiliar no desenvolvimento integral dos estudantes, uma vez que, entendemos que o educador não deve agir somente como um transmissor de conteúdos mas também, incentivar o aluno a realizar o exercício da reflexão a partir da realidade em que ele vive. Assim, em consonância com a autora Lino (2022) o professor deve ter uma formação sólida que o permita ser capaz de construir novas práticas pedagógicas e adquirir novos

conhecimentos que sejam o suficiente para atender as mais diversas demandas que o campo educacional exige.

Com os avanços que acontecem naturalmente na sociedade, a educação também foi se transformando no decorrer dos anos. De acordo com o autor Saviani (2009), a preocupação com relação à formação dos professores surgiu por volta de 1827, quando a Lei das Escolas de Primeiras Letras entrou em vigor e reivindicava que os indivíduos interessados em lecionar, deveriam possuir o devido preparo didático para atuar em sala de aula. No entanto, a primeira Escola Normal do Brasil, instituição esta que tinha como finalidade formar professores para atuar no ensino elementar, foi criada apenas em 1835, na cidade do Rio de Janeiro e inicialmente, funcionava de maneira rudimentar. Trazendo essa discussão para o presente momento, a formação do professor ainda é uma questão pertinente e que merece ser constantemente analisada. Para aqueles que visam atuar no ensino elementar, há uma regulamentação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que preconiza em seu Artigo 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

Posto isso, a Lei exige como pré - requisito que os profissionais de educação devem possuir a devida formação em Licenciatura plena, em Instituições superiores, que lhes forneça os recursos necessários para que obtenha uma formação adequada e de qualidade. Ao analisarmos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, notamos que:

O Curso de Pedagogia da UFPI, Campus Ministro Petrônio Portella, formará o profissional para atuar no magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão Educacional. Nesse sentido, a estrutura curricular está baseada na oferta dos componentes curriculares e na formação sustentada nos princípios que norteiam a base comum nacional para formação inicial, tais como: sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria e prática, trabalho coletivo e interdisciplinar, compromisso social e valorização do profissional da educação, gestão democrática, avaliação e regulação dos cursos de formação. (REF. PPC)

Ou seja, a formação propõe ao aluno um campo de atuação abrangente, com muitas possibilidades de trabalho no campo educacional e fora dele também. Isso, incontestavelmente, exige que a formação daquele indivíduo seja completa, para que ele consiga desenvolver uma base teórica firme, aliando os conteúdos estudados à prática, e além disso, que consiga alcançar melhorias em sua própria prática pedagógica. Entretanto, podemos notar alguns entraves nessa formação inicial, seja pela falta de estrutura, instrumentos ou metodologia inadequada, trazendo à tona algumas necessidades formativas. Ademais, a falta do devido preparo poderá resultar em falhas no processo de aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles que possuem necessidades especiais, deficiências físicas ou mentais e demais limitações. Nesta lógica, a partir desta análise é possível promover uma reflexão no que concerne aos modelos de formação existentes e a estrutura curricular fornecidos por estas instituições de ensino.

Ainda em relação à estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufpi, com base no PPC, notamos que o Curso oferta apenas a disciplina de Fundamentos da Educação Especial, no 4º período, voltada para o atendimento de crianças com deficiências, o que é uma problemática que deve ser analisada uma vez que, as salas de aula são heterogêneas e cada aluno tem sua subjetividade que precisa ser compreendida e respeitada. Portanto acreditamos que, para que haja um desenvolvimento individual integral nos alunos típicos e atípicos, é necessário que o educador busque conhecer novas formas de ensinar e assim, consiga ampliar a oferta de ensino para todos e promover uma efetiva inclusão no ambiente escolar. Logo, a profissionalização do indivíduo necessita ser ampla e que o permita ser capaz de lidar com as diferenças e dificuldades durante o exercício do magistério.

A formação continuada, por sua vez, se faz necessária para que haja um aprimoramento e atualização dos conhecimentos já estudados, a fim de promover o desenvolvimento de habilidades que permitam ao indivíduo criar e inovar as práticas de ensino, resultando em avanços no que diz respeito à didática dos professores e a aprendizagem dos alunos em sala de aula. Ademais, o professor poderá refletir acerca de sua própria conduta como profissional e ainda adquirir novos saberes específicos de sua área. Para Veiga (2009):

Nesse mundo complexo e de profundas transformações, também ficam mais complexas as práticas educativas e torna-se inquestionável uma nova forma

de organização do trabalho das instituições e dos processos de formação inicial e continuada de professores, bem como um novo posicionamento de todos os que trabalham na educação.

Dessa forma, tendo em vista a globalização e os grandes avanços tecnológicos, além da heterogeneidade existente entre os alunos, as salas de aula têm sido um grande desafio para os docentes, uma vez que esses avanços precisam ser acompanhados e, para isso, o educador precisa aprimorar habilidades e competências e principalmente, buscar novos conhecimentos durante seu processo formativo, para que seja alcançada uma boa qualidade na formação do professores e na educação de todos os indivíduos.

A INCLUSÃO ADVINDA DO PROFESSOR ÀS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS DENTRO DA SALA DE AULA, GERANDO UMA APRENDIZAGEM INTEGRADORA

Dentro do curso de pedagogia, é possível entendermos qual a influência que o professor detém para os alunos, principalmente para aqueles que necessitam de auxílio na parte pedagógica e metodológica de compreensão do conteúdo. Juntamente a função do professor de lecionar e mostrar qual a realidade que o aluno está inserido, a escola como ambiente físico, tem um papel fundamental na sociedade de modo que é por meio dela que ocorre uma integração social entre os indivíduos em seus diferentes níveis de ensino. Dessa forma deve ocorrer na educação infantil, pois é nesta fase que muitas vezes as crianças vão ter seu primeiro contato com realidades diferentes da dela, como por exemplo, entender que existem crianças diferentes em seus diversos aspectos físicos e intelectuais. Assim, é de suma importância que o aluno portador de alguma deficiência deva ser incluído nas atividades que os professores e a escola proporcionem, garantindo que eles possam passar não só pelo processo de aprendizagem, mas, também, de socialização, junto aos demais colegas.

Proporcionalmente, o ambiente escolar mostra que além da educação, é necessária uma compreensão da realidade social, assim concordamos com JESUS, EFFGEN (2012):

Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazer.

É importante perceber como a criança vai se portar diante das dificuldades encontradas na sociedade, pois a escola pode atuar diretamente nesse comportamento, mostrando a ela a importância da instituição escolar no combate à intolerância e desrespeito com aqueles que já são muitas vezes excluídos socialmente, que são o caso dos indivíduos da educação especial.

O pedagogo deve considerar além do intelectual, o emocional do aluno, para que seus resultados ultrapassem seus limites físicos e mentais, para que a deficiência não seja sinônimo de limitação. Com isso, afirma LUSTOSA (2018), “A inclusão escolar, enfim, sempre será melhor e mais ampla na medida que possibilita fomentar nos indivíduos seus mais belos sentimentos, sua emoção mais vívida, seu compromisso com a garantia dos direitos.”. Para que ocorra uma aprendizagem significativa dentro da educação inclusiva, faz-se necessário que seja respeitado a forma que o aluno aprende, levando em consideração a sua descoberta do conhecimento de modo que todos os alunos compreendam o que esteja sendo repassado, além da possibilidade de que o professor traga a prática do conteúdo ensinado, assim afirma LUSTOSA (2018), “a subjetividade representa um sistema e, simultaneamente, um processo complexo, plural, holístico, que se manifesta nos níveis individual e social”.

Nesse ínterim, é notável a necessidade de formações extras para professores, pois é preciso um maior conhecimento sobre formas de inclusão e adaptação dentro da sala de aula. Somente a formação inicial do curso superior em pedagogia não é suficiente, pois apenas isso, torna a forma que o professor vai repassar o conteúdo generalizado, quando se fala das formas de aprendizagem, fazendo com que ele não tenha estratégias de ensino eficazes. É preciso conhecer mais sobre as maneiras de adaptação de atividades, a forma de tratamento com esse aluno que necessita de mais atenção, além de expor para as crianças, que a interação deles com a criança com necessidades especiais, é importante para ambos.

Tendo em vista a maior busca por escolas regulares, por parte de mães que buscam trazer aos filhos que apesar das suas diferenças muitas vezes físicas, por exemplo, ele pode e deve conviver com os demais alunos. Quanto a isso, o professor

deve estar atento a sua forma de conduzir a aula, mostrando sempre ao seu aluno suas capacidades, adaptando-as de forma que ele aprenda o mesmo conteúdo dos demais.

É possível percebermos que não somente o educador seja o único que deva se interessar com sua capacitação, é preciso que a escola esteja em conjunto, buscando dar mais apoio ao professor nesse processo, pois a situação educacional atual, mostra que devemos estar preparados para dar maior apoio aos educandos na sua aprendizagem e socialização, assim como defende JESUS, EFFGEN (2012) “Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, através da pesquisa pode-se concluir que, foi possível alcançar os determinados objetivos propostos. Foi possível observar que há matérias específicas para lidar com a questão de discussão sobre o pedagogo na educação inclusiva, por meio de disciplinas como a psicologia da educação que demonstra como o profissional de educação deve desenvolver a educação, de forma que ele considere as necessidades especiais dele; Educação inclusiva que aborda sobre os princípios e práticas da inclusão escolar; Estágio supervisionado, possibilitando que o aluno ponha em prática a teoria adquirida em sala de aula. Porém, a formação inicial faz com que tenhamos somente uma base de como poderíamos agir frente às adversidades, podendo observar que, na prática, ainda há dificuldades de como podemos adequar a realidade da sala de aula do ensino regular para que se torne a realidade do aluno com deficiência. Dessa forma, é preciso que o professor conheça as necessidades específicas de cada aluno, compreendendo-o e melhorando assim, a sua prática na sala de aula.

É de suma importância que, o professor, com a função de educador e mediador, conscientize os demais alunos que iram conviver com aluno que necessidade de um maior apoio, busque estratégias de integração entre esses alunos para que a socialização ocorra e possibilite que laços emocionais sejam formados, auxiliando em uma melhora da aprendizagem e afetiva.

A pesquisa também possibilitou refletimos que, a escola juntamente com o professor deve buscar conhecimentos que agreguem na sua prática, para que seu plano

de aula seja inclusivo e transformador, garantindo a todas as crianças com necessidades educacionais especiais acesso à educação de qualidade, aptas a serem cidadãos conscientes e socialmente aceitos.

AGRADECIMENTOS

Expressamos aqui, nossa imensa gratidão à todos os que contribuíram para a execução deste trabalho, em especial, às nossas orientadoras, que com paciência e dedicação se disponibilizaram, nos guiaram para os melhores caminhos e foram cruciais para a efetivação do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [\https://www.bing.com/ck/a?!&&p=7c9a9731c8173c88JmltdHM9MTcyNTc1MzYwM CZpZ3VpZD0zMjk2N2MyZS02YTM3LTY5MTctMDdhMy02ODlhNmIyMzY4Y2M maW5zaWQ9NTIwNA&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=32967c2e-6a37-6917-07a3-689a6b2368cc&psq=constitui%c3%a7%c3%a3o+federal+1988&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cu cGxhbmFsdG8uZ292LmJyL2NjaXZpbF8wMy9Db25zdGl0dWljYW8vQ29uc3RpdHV pY2FvLmh0bQ&ntb=1]. Acesso em: 01 de set. 2024..

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27800-27804. Disponível em: <URL>. Acesso em: 1 set. 2024.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. *In*: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

LUSTOSA, Ana Valeria Marques Fortes. A teoria da subjetividade e sua relação com a educação especial. *In*.: LUSTOSA, Ana Valeria Marques Fortes (Org.). **Subjetividade e**

educação especial: a inclusão escolar em uma perspectiva complexa. 1 ed. Curitiba; Appris, 2018

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação, Campinas,v. 14 n. 40 , 143-155, jan./abr. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, Maria Oneide Lino da. **Formação Continuada de Professores: contribuições para reelaboração das práticas pedagógicas em Ciências da Natureza no Ensino Fundamental.** São Paulo: Dialética, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto pedagógico do curso de Pedagogia. Teresina: UFPI, 2018. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/cdac/PPC-PEDAGOGIA-aprovado-dez_201820190712162905.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de formar professores.** Campinas,SP: Papyrus, 2009.